



O moralista do Império

Jean Marcel Carvalho França*

Ricardo Alexandre Ferreira**

RESUMO

O artigo aborda uma personagem relativamente discreta, mas muito presente no processo de Independência e de construção do Brasil independente: Mariano José Pereira da Fonseca, o marquês de Maricá. Interessa aqui, sobretudo, analisar a vida e a formação do marquês, bem como as linhas gerais das suas reflexões morais e o lugar que ocupou na sociedade brasileira da primeira metade do Oitocentos a sua única obra: a *Coleção completa das máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá*, um guia moral que, como se procurará demonstrar, gozou de grande prestígio entre o público da época – de leitores de jornais, livros e revistas a consumidores de “folhinhas” enriquecidas com as máximas do marquês – e teve um papel nada desprezível na sua formação.

Palavras-chave: marquês de Maricá; Brasil independente; máximas; catolicismo.

The moralist of the Empire

ABSTRACT

The article addresses a relatively discreet character, although a very present one in the process of Independence and construction of independent Brazil: Mariano José Pereira da Fonseca, the marquis of Maricá. It is our goal, above all, to analyze the life and trajectory of the Marquis, as well as the general aspects of his moral reflections, and the place that his single published work occupied in Brazilian society. That being the *Coleção completa das Máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá*, a moral guide that, as we will try to demonstrate, was well regarded among the public during the first half of the 19th century –

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02305107>

Artigo recebido em 3 de novembro de 2021 e aceito para publicação em 26 de maio de 2022.

* Professor Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca/SP - Brasil. E-mail: jsfranca@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7707-2609>.

** Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca/SP – Brasil. E-mail: ricardo.ferreira@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6243-0968>.

from readers of newspapers, books and magazines to purchasers of “leaflets” enriched with the Marquis’ maxims –, having an undisputable role in its formation.

Keywords: marquis of Maricá; independent Brazil; maxims; catholicism.

El moralista del Imperio

RESUMEN

El artículo aborda un personaje relativamente discreto, pero muy presente en el proceso de independencia y de construcción de Brasil independiente: Mariano José Pereira da Fonseca, el Marqués de Maricá. Nos interesa, sobre todo, analizar la vida y la formación del Marqués, bien como las líneas generales de sus reflexiones morales y el lugar que ocupó en la sociedad brasileña de la primera mitad del siglo XIX su única obra: la *Coleção completa das Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*, una guía moral que, como se pretende demostrar, gozó de gran prestigio entre el público de la época - de lectores de periódicos, libros y revistas a consumidores de “panfletos” enriquecidos con las máximas del Marqués – y tuvo un papel nada despreciable en su formación.

Palabras Clave: Marqués de Maricá; Brasil independiente, Máximas; Catolicismo.

Aquí jaz o corpo apenas
Do marquês de Maricá:
Quem quiser saber-lhe da alma,
Nos seus livros a achará.¹

A vida dedicada à pátria

“A colheita da morte foi abundante! Correram lágrimas de todas as hierarquias sociais: as enfermidades e a peste nos privaram de grande número de sócios e amigos; e no ano de 1850 o pranto da família se ensurdeceu no meio do pranto da pátria”.² Foi com tal lamento que o político e homem de letras Manuel Araújo Porto Alegre, em 1852, abriu um seu discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual dava notícia dos muitos sócios que a instituição havia perdido durante aquele quinquênio de mortandade (1847-1852). Entre as perdas lastimadas por Araújo estava a de Mariano José Pereira da Fonseca, o conhecido mar-

¹ FONSECA, Mariano José Pereira da. *Collecção completa das máximas, pensamentos e reflexões do marquez de Maricá*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850.

² DISCURSO do orador o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. XV, 1888, p. 520.

quês de Maricá, morto em setembro de 1848, aos 75 anos, a maior parte dos quais, segundo o orador, dedicados à pátria. Em vez de traçar, de próprio punho, o perfil da personagem, Araújo optou por transcrever, na abertura de seu panegírico, um pequeno e curioso texto, escrito em terceira pessoa, ao longo do qual o próprio biografado, o marquês, narra a vida que levava até o falecimento de sua esposa e a sua saída da vida pública, em 1840.

Ficamos aí a saber que Fonseca nasceu no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1773 e era filho de Domingos Pereira da Fonseca, um negociante português, e de Teresa Maria de Jesus, uma brasileira nascida em solo carioca. A família, ao que tudo indica, muito se preocupou com a educação do jovem que, logo depois de iniciado nas primeiras letras, aos 12 anos incompletos, foi enviado, em 1785, para o prestigioso real colégio de Maфра, “onde residiu três anos, e estudou gramática latina, retórica, lógica e as duas línguas, grega e francesa”.³

Em 1788, Fonseca ingressou na Universidade de Coimbra, não para o curso jurídico, como aspirava, pois não possuía a idade mínima requerida pelos estatutos, mas, nas faculdades de matemáticas e filosofia. Aí permaneceu até 1792, quando, logo depois de tomar o grau de bacharel e iniciar os preparativos para seguir os seus estudos na Faculdade de Medicina de Edimburgo, recebeu a notícia da morte do pai e um pedido para que retornasse ao Brasil e assumisse os negócios da família. O rapaz, que contava com 21 anos, mal tinha se instalado na cidade e aberto um negócio próprio, quando se viu, em dezembro de 1794, envolvido num obscuro processo de conspiração,⁴ movido contra a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e teve os seus bens arrestados; diz o despacho:

Tenho destinado à Vossa Mercê para que no dia de hoje, que contam 6 do corrente, passe em companhia do Tabelião Ignácio Miguel às casas em que morou o Bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, e nelas proceda o inventário e sequestro de todos os bens que nelas se acharem, tanto em ouro, prata, e joias, como em quaisquer outros móveis e igualmente em escravos se os houver, descrevendo cada uma destas espécies com toda a individuação e clareza, debaixo de seus competentes títulos.⁵

O imbróglio acabou por custar quase três anos da vida de Fonseca, mantido incomunicável na Fortaleza da Conceição; acerca de tal período, conta mais tarde o devassado:

[...] foi preso em 4 de dezembro do mesmo ano; e foi retido incomunicável por dois anos, sete meses e quinze dias, e solto por efeito de um aviso, estranhando ao vice-rei conde de Resende

³ *Ibidem*, p. 535.

⁴ DEVASSA ordenada pelo Vice-rei Conde de Rezende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. LXI, ano 1939, 1941, p. 360.

⁵ SEQUESTRO feito em 1794 nos bens que forão achados do bacharel Mariano Pereira da Fonseca. Extrahido do respectivo processo. *Revista trimestral do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. LXIII, parte I, 1901, p. 14.

a sua prisão e a dos seus companheiros por tanto tempo sem sentença, e se lhe ordenou que no caso de serem criminosos fossem remetidos presos para Lisboa, com seus processos, o que não teve efeito, por serem imediatamente soltos.⁶

Uma vez liberto do cárcere, Fonseca passou a cuidar dos negócios da família e, segundo seus biógrafos, o fez com tanta probidade e bom senso que, em 1802, acabou por ser chamado a ingressar na vida pública. Iniciava-se uma longa relação entre o carioca e a administração local, relação que se intensificaria depois da Independência. Entre 1802 e 1821, o recém-ingresso na política “[...] serviu os lugares de deputado de agricultura da mesa de inspeção no Rio de Janeiro [...]; deputado da junta do comércio [...]; diretor tesoureiro da real imprensa [...]; [e] administrador tesoureiro da fábrica de pólvora.⁷ Ocupou, ainda, por um biênio, o cargo de censor régio, que desempenhou até o encerramento da instituição. Foi, no entanto, em 1823, depois de ingressar no Conselho de Estado (1821-1834) – encarregado de elaborar a Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824 –, que a carreira pública de Fonseca atingiu o seu ápice: em 13 de novembro do referido ano foi nomeado Ministro da Fazenda do Império, posto que ocupou até 1825. Uma vez demitido do ministério, foi escolhido, em 22 de janeiro de 1826, senador pelo Rio de Janeiro, sendo mais tarde nomeado visconde e, depois, marquês de Maricá. Acerca de tão longo e profícuo período, o marquês, na sua referida autobiografia, comentou:

Não entrou nem foi membro de clube algum, nem pedreiro-livre: o seu clube foram: sua família e a sua livraria. Subiu aos maiores empregos da sua pátria sem intrigas, cabalas, partidos, nem adulações, mas somente pela proteção divina, alguma inteligência, muita probidade e especialmente por efeito das circunstâncias.⁸

Em 1840, Maricá, que havia contraído matrimônio em 1800 e tivera 5 filhos (um homem e quatro mulheres), enviuvou e, a partir de então, gradativamente se retirou da vida pública e passou a dedicar os seus dias à reflexão filosófica e à redação das cerca de cinco mil máximas, pensamentos e reflexões morais que legou à posteridade. Porto Alegre, que conviveu com o marquês por um longo período, traça dele o seguinte retrato:

⁶ DISCURSO do orador o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. XV, p. 520-551, 1888, p. 535-536.

⁷ HOMEM DE MELLO, Barão. *Esboços biographicos*. Bibliotheca brasileira II. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, parte 1, 1862, p. 130. Para mais dados biográficos sobre o marquês, ver: Veríssimo (1963, p. 185-187).

⁸ DISCURSO do orador o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. XV, 1888, p. 537.

O marquês de Maricá era um homem de estatura mediana, de modesta aparência, de uma fisionomia grave e de um caráter austero; a natureza e a sociedade haviam estampado no seu aspecto fisionômico os traços característicos do pensador e do magistrado, do filósofo e do diplomata, do tribuno e do burguês. Amava a conversação, a música e a leitura; e era difícil acompanhá-lo todas as vezes que se entranhava nas grandes abstrações filosóficas: a volubilidade das suas palavras, a agudeza do seu espírito e o seu gênio um tanto sarcástico, o tornavam extremamente agradável. Era apaixonado pela poesia italiana e havia decorado os melhores pedaços do imortal Torquato. Escreveu algumas odes anacreônticas, que foram postas em música pelo padre José Maurício; e era um destes velhos que amam a mocidade como a representante do futuro.⁹

A formação intelectual

Fonseca, como conta na sua autobiografia, muito cedo emigrou para Portugal com o propósito de dar continuidade aos seus estudos. As primeiras letras, cujo conhecimento prévio era exigido pela instituição em que tinha a intenção de se matricular, o Real Colégio de Mafra (1772-1820), o futuro marquês provavelmente as obteve em casa paterna, sob os cuidados de algum mestre-escola (leigo ou religioso) – como era habitual entre as famílias abastadas do Brasil de então. A instituição a que se destinava o jovem carioca, de 12 anos, era, como informam os estatutos de 1781, reservada a um grupo seletivo:

Nos Estudantes, que houverem de ser Colegiais do Colégio de Mafra, concorrerão as qualidades Nobreza Civil, ou serem filhos de Famílias honestas, que vivam com decência; de serem de boa educação e costumes; de saberem ler, escrever; e de não terem menos de oito anos, nem mais de quatorze de idade.¹⁰

Para frequentar tão exigente instituição, a família do jovem interessado não despendia menos que 60\$000 (sessenta mil réis) anuais e, em se tratando de um pensionista, como era o caso do neófito Fonseca, os valores poderiam variar entre 70 e 75\$000 (setenta e setenta e cinco mil réis). O dinheiro, prometiam os estatutos,¹¹ seria muito bem gasto, pois o colégio procurava oferecer ao estudante uma primorosa educação, tanto intelectual quanto moral, preparando-o para ocupar postos na administração pública.¹² Dizia o seu primeiro estatuto (1772), num tópico intitulado “Das obrigações dos colegiais em ordem à religião”:

⁹ *Ibidem*, p. 538.

¹⁰ ESTATUTOS do Real Collegio de Mafra. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1781, p. 31-32.

¹¹ Sobre o convento de Mafra, ver Assunção (1958).

¹² Os alunos do colégio possuíam ingresso preferencial no serviço público.

Porquanto o princípio de toda sabedoria é o temor de Deus e a observância de seus preceitos e da sua Igreja, não bastando que no Colégio floresçam as Belas Letras, se com ela se não aprenderem e cultivarem os bons costumes, ordeno que os sobreditos Colegiais, com o Vice-Reitor, assistam em todos os dias ao Santo Sacrifício da Missa nas horas que para isso lhes vão determinadas; e não podendo o Vice-Reitor por algum impedimento legítimo, o Prefeito dos Estudos, ou o Vice-Prefeito mais antigo, fará as suas vezes.¹³

A educação moral, de matiz religioso, era garantida por uma estrita observância da doutrina e dos rituais católicos: as missas eram diárias, a que estavam obrigados administradores, mestres e alunos; diária, também, era a obrigação de rezar coletivamente, na capela do colégio, o terço de nossa senhora; a comunhão deveria, invariavelmente, ser mensal; nos domingos e dias santos os alunos eram iniciados na doutrina cristã por meio da leitura do catecismo e, anualmente, faziam três dias de exercícios espirituais, arrematados com confissão e comunhão; mas isso não era tudo, aos sábados, no período da tarde, os alunos deveriam se dirigir à capela do colégio para “recitar, ou cantar devotamente [...] a Ladainha de Nossa Senhora com a sua Antífona e Oração; e no fim as Preces *pro Regina et Rege*”.¹⁴ Havia, ainda, as missas comemorativas, as festas devotas, os sermões especiais e umas tantas outras cerimônias que não deixavam o jovem esquecer da devoção e do respeito a Deus e às suas leis. Já o conhecimento das Belas Letras e das Ciências era assegurado por uma grade de matérias variada e abrangente:

Ordeno que nele se ensinem e haja uma Cadeira de Lógica, Metafísica e Ética; outra de Física Experimental, com os princípios de Aritmética e Geometria; outra de Retórica e Poética; outra dos Elementos da História Universal, Cronologia e Geografia; outra de Língua Grega; três de Língua Latina; outra de Língua Francesa; outra de Língua Italiana; e outra de Língua Inglesa.¹⁵

Fonseca permaneceu um quadriênio nas dependências do Real Colégio de Mafra, ao longo do qual se preparou para ingressar no curso de Direito da Universidade de Coimbra; as coisas, contudo, não saíram como planejado. O curso, como advertia os estatutos, exigia que o ingressante tivesse pelo menos dezesseis anos completos por ocasião do ingresso:

Costumam muitos pais precipitarem o estudo dos filhos que destinam para a profissão de Direito, não consentido que eles se detenham nas escolas menores pelo tempo que lhes é necessário para nelas poderem bem aprender as Letras humanas e as disciplinas Filosóficas. Pondo tão somente todo o seu desvelo em que eles se habilitem com a maior brevidade possível

¹³ ESTATUTOS do Real Collegio de Mafra, p. 4.

¹⁴ *Ibidem*, p. 40-42.

¹⁵ *Ibidem*, p. 14.

[...]. Para ocorrer a este prejudicialíssimo abuso; coibir os perniciosos influxos de tão mal-entendido amor dos pais aos filhos; e assegurar à mocidade todo o tempo preciso para poder bem instruir-se nos sobreditos estudos, Sou servido ordenar que ninguém possa ser admitido à matrícula nas faculdades jurídicas sem ter dezesseis anos completos de idade [...].¹⁶

O impasse levou Fonseca a matricular-se na Faculdade de Ciências Naturais e Filosóficas, mas não no curso de Medicina, que exigia do estudante a idade mínima de dezoito anos, mas nos estudos preparatórios. Tais estudos duravam três anos, ao término dos quais o estudante poderia ingressar diretamente no curso de Medicina, como esclarecem os Estatutos:

Sendo o triênio de física e matemática, que Tenho ordenado aos estudantes médicos, feito necessariamente na Universidade, não serão os ditos estudantes obrigados a fazerem nestas Ciências novo exame para serem admitidos à matrícula de Medicina [...]; o Reitor os mandará matricular sem mais demora.¹⁷

Lamentavelmente, no entanto, a morte do pai e o necessário retorno ao Rio de Janeiro impossibilitaram que o jovem carioca levasse a cabo os seus planos, que incluíam cursar Medicina, não em Coimbra, mas na prestigiosa Universidade de Edimburgo, na Escócia.

De volta ao Rio de Janeiro, em 1792, Fonseca logo se viu envolvido no referido caso da Sociedade Literária:

Primeiramente tomei a deliberação de fazer suspender uma sociedade literária criada há muitos anos, amortecida depois e novamente animada. Em consequência desta minha providente ordem, em que desunia os membros da mesma sociedade naquelas horas que destinavam para as suas sessões, horas noturnas e ilimitadas, se veio denunciar José Bernardo da Silveira Frade, amigo de alguns dos sócios da mesma corporação. [...] encarreguei o [...] chanceler, nomeando ao mesmo tempo um desembargador da relação para seu escrivão, tendo mandado prender antes da abertura da mesma devassa os réus João Marques Pinto, mestre do grego, bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, o mestre de retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga, o médico Jacinto José da Silva, o marceneiro João da Silva Antunes, o ourives Antonio Gonçalves de Oliveira, Francisco Antonio da Paixão e Francisco Coelho Solano, em prisões incomunicáveis, fazendo-se-lhes ao mesmo tempo apreensão em todos os seus papeis e livros [...].¹⁸

¹⁶ ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro II. Que contém os cursos juridicos das faculdades de canones e de leis. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773, p. 1-4.

¹⁷ ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro III. Que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773, p. 15.

¹⁸ CORRESPONDENCIA official do vice-rei Conde de Rezende com a Côrte de Lisbôa acerca da devassa que mandou proceder contra o bacharel Marianno José Pereira da Fonceca (Marquez de Maricá), Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, e outros. *Revista trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, t. XXXII, parte I, 1869, p. 292.

Da devassa, que custou mais de dois anos da vida do jovem, interessa aqui a lista de livros apreendidos em sua casa durante os autos, livros que dão uma ideia, ainda que vaga, do repertório intelectual de que dispunha o recém-bacharelado em Coimbra. A listagem encomendada pelo conde de Rezende encontrou 95 volumes em poder de Fonseca – um número expressivo para a época –, a esmagadora maioria em francês, uns poucos em italiano, outros em inglês e somente sete deles em língua portuguesa, um dos quais um manual de cirurgia traduzido do inglês.¹⁹ Entre dicionários, obras de ciências naturais e muitos livros religiosos, Fonseca possuía em sua livraria (biblioteca) uns tantos livros dignos de nota: as narrativas de viagem de James Cook e Louis Antoine Bougainville, que veiculavam uma perspectiva pouco simpática do Rio de Janeiro; o grande balanço iluminista da colonização das Índias que produzira Guillaume Thomas François Raynal, o “best-seller” intitulado *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus na duas índias*; as obras completas de Voltaire; e dois volumes vagamente denominados *Pensamento de Rousseau*. Para além dessa literatura de matiz iluminista, um adorno indispensável a todo jovem culto que cursara uma universidade europeia do período – literatura que dividia espaço com uma outra de apelo marcadamente religioso –, Fonseca possuía um exemplar das renomadas *Reflexões ou sentenças e máximas morais*, de François de La Rochefoucauld, livro que deixou marcas indeléveis na sua personalidade e, mais tarde, no outono da vida, nas muitas máximas morais que legou à posteridade.²⁰

Mais notícias acerca da formação intelectual do futuro marquês de Maricá não as há. Quando deixou a vida pública e resolveu dedicar-se integralmente às suas “máximas e reflexões”, o próprio Fonseca explicou que gostaria de colocar no papel as suas meditações livrescas, sem dúvida, mas sobretudo aquelas que lhes havia inspirado a enorme gama de situações e pessoas que a vida pública e o sem número de cargos que ocupou tinham colocado diante de si; como sintetiza o Barão Homem de Mello no esboço biográfico que traçou de Maricá em 1862:

Com desinteresse e inteireza servia sucessivamente até 1821 diferentes lugares da administração; e aí adquiriu essa longa prática dos negócios; esse hábito do trabalho e esses conhecimentos experimentais, tão necessários ao homem público. O horizonte de suas ideias alargou-se com o trato dos homens e das coisas, e o seu espírito de reflexão aproveitou para a ciência o resultado da sua experiência e observações.²¹

¹⁹ SEQUESTRO feito em 1794 nos bens que forão achados do bacharel Mariano Pereira da Fonseca. Extrahido do respectivo processo. *Revista trimestral do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. LXIII, parte I, p. 14-18, 1901.

²⁰ Sobre a importância da obra de La Rochefoucauld entre os homens de letras brasileiros da primeira metade do Oitocentos, ver: Monteiro (2004).

²¹ HOMEM DE MELLO, Barão. *Esboços biographicos*. Bibliotheca brasileira II. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, parte 1, 1862, p. 130-131.

O sábio brasileiro

A sua única obra, *Máximas, pensamentos e reflexões*, veio a público aos pedaços. A primeira aparição, publicada às expensas do autor, saiu em janeiro de 1837; ainda sob o patrocínio do próprio marquês, novas máximas foram impressas em janeiro de 1839 e em maio de 1841. Em 1844, vieram a público *Novas reflexões, máximas e pensamentos*; dois anos depois saíram as *Novas máximas, pensamentos e reflexões*; e, em 1849, as *Últimas máximas, pensamentos e reflexões*, publicadas na revista *Iris*. Finalmente, em 1850, os irmãos editores Eduardo e Henrique Laemmert reuniram todas as 4.700 máximas numa obra intitulada *Coleção completa das máximas, reflexões e pensamentos do marquês de Maricá* – edição revista e emendada pelo autor –, obra reeditada mais duas vezes ao longo do século XIX, em 1860 e 1896. Ao apresentar a publicação, em 1850, os editores fizeram questão de destacar:

Todas as extensas críticas e artigos publicados nos Periódicos mais acreditados do Império, as traduções de extratos inseridos nos melhores Periódicos da Europa onde foram recebidos com grande aplauso, e sobretudo a concorrência sempre crescente de numerosas pessoas, que debalde procuram obter exemplares, não obstante milhares de Folhinhas haverem reproduzido os sublimes Pensamentos muitas vezes em correlação com a História do Brasil de um Gênio Nacional, levando-os às mais remotas Províncias do Império, nos dispensam de todo o elogio e recomendação. Os abaixo assignados, prescindindo de toda a especulação comercial a respeito desta bela publicação, não pretendem senão levantar um monumento de glória literária para o Brasil, oferecendo aos apreciadores do alto talento do Ilustre Ancião, todas as suas Máximas, revistas e impressas debaixo da sua vista, em um volume, que tanto por seu conteúdo como por sua execução tipográfica honrará a imprensa brasileira.²²

De fato, desde que ganharam a prensa, as máximas do Marquês conquistaram a simpatia da crítica e do público. Já em janeiro de 1837, logo que se editaram as primeiras, o *Correio Oficial* vaticinou:

Não é a primeira vez que Patriotas Ilustrados tentaram instruir o Povo por meio de um complexo de doutrinas variadas que melhor prendessem a sua meditação e mais se imprimissem na memória, mas nem todos esses Escritores conseguiram o seu fim entre nós. O senhor Marquês funda-se em boa razão para esperar melhor sucesso desta sua interessante obra [...].²³

²² LAEMMERT, Eduardo; LAEMMERT, Henrique. Ao Público. In: FONSECA, Mariano José Pereira da. *Collecção completa das Máximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850, p. VI.

²³ ARTIGOS NÃO OFFICIAES. *Correio Oficial*: In Medio Posita Virtus. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, n. 11, jan. 1837, p. 43.

Poucos meses mais tarde, o jornal *O Parlamentar*, na sua edição de 15 de julho, saudou a obra com as seguintes palavras:

Serão, sem dúvida, muito poucos livros que, em menor número de folhas, contenham maior número de verdades úteis ao homem nas relações consigo mesmo, com a sociedade e com o seu futuro destino. O folheto do Sr. Marquês de Maricá é um guia seguro na viagem da vida, um amigo consolador na adversidade, um conselheiro fiel na fortuna. A filosofia transcendente da moral e da religião ali se acha escrita com a dignidade própria de tão sublimes assuntos e com aquela efusão de um coração que a professa e sabe estimar tão precioso tesouro.²⁴

O redator, depois de citar um dos pensamentos do livro, arremata salientando o quanto a obra de sabedoria do marquês poderia colaborar com a pátria se adotado nas escolas, pois colocaria à disposição dos jovens cidadãos “um modelo de estilo e compêndio de sabedoria”.²⁵

Antes d’*O Parlamentar*, e com mais detalhes do que este, o *Jornal dos Debates*, na sua edição de 21 de junho de 1837, já abordara a publicação daquela obra “onde sem aparato brilha a verdadeira filosofia e a moral do dever”²⁶. Diz aí o crítico que tal escrito saíra da pena de um brasileiro singular, homem que era capaz de se manter inabalável diante do burburinho da sociedade civilizada e – avesso ao materialismo então em moda – nortear a sua reflexão pelos verdadeiros e eternos princípios da boa moral e da religião católica – “[...] passeia entre nós, por entre a indiferença, a pequenez, o egoísmo e o materialismo”.²⁷ Para além, no entanto, dos muitos elogios, o resenhista – o senhor M. – salienta dois aspectos que terão vida longa na fortuna crítica da obra de Maricá: um primeiro relativo à personalidade do autor, homem sereno, equilibrado, introspectivo, pouco afeito ao mundanismo, enfim, o tipo ideal do “filósofo”, um tipo pouco comum na sociedade brasileira; um segundo referente à obra, que não se deixou levar nem pelo ceticismo de Pascal, nem pelo pessimismo cáustico de La Rochefoucauld; ao contrário, o “filósofo brasileiro” manteve-se sempre um conservador sereno, optando por nunca contrariar a moral instituída e a religião. E não só. Fonseca era extremamente cuidadoso para não confundir aquele homem comum que buscava em suas máximas uma orientação moral, para não lhe inculcar dúvidas desnecessárias, pensamentos ambíguos e valores que se opusessem ao do bom católico.

Em 1839, vinha a público as *Novas máximas, pensamentos e reflexões*, obra que também mereceu a atenção da imprensa coetânea. O *Correio das Modas* abriu a fila. Em breve artigo publicado em 19 de janeiro, o jornal saudava a nova publicação do “Sábio Brasileiro”, que,

²⁴ LITERATURA. Maximas, Pensamentos e Reflexões do Sr. marquez de Maricá. *O Parlamentar*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 28, 15 jul. 1837, p. 28.

²⁵ *Idem*.

²⁶ MAXIMAS, pensamentos e reflexões pelo Marquez de Maricá. *Jornal dos Debates*: Políticos e Literários. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve e Comp., n. 15, jun. 1837, p. 58.

²⁷ *Idem*.

tal como a anterior, já vinha sendo distribuída gratuitamente entre os interessados. Atento ao seu público, o periódico selecionou meia dúzia de máximas do marquês endereçadas diretamente às senhoras, máximas do gênero: “A devoção nas mulheres promove a religião”.²⁸

Mal havia passado uma semana e o *Jornal do Comércio*, em artigo de 25 de janeiro, dedicou uma simpática crítica à recém-lançada obra desse brasileiro que “[...] sob título modesto de *Máximas, pensamentos e reflexões*, formula a moral a mais elevada e racional”.²⁹ Lembra o articulista que esta não era a primeira obra do gênero que Maricá havia submetido ao crivo dos leitores; o marquês, ao contrário, de tempos em tempos, brindava o público com uma coletânea de suas máximas, sempre muito bem acolhidas: “Os primeiros livros de máximas do ilustre autor tiveram o acolhimento que mereciam; muitas delas são hoje populares no Brasil. Um novo volume acaba de ser publicado, não menos precioso que os antecedentes.”³⁰ As razões de tão bom acolhimento, ponderava o resenhista, eram conhecidas: as máximas do marquês primavam pela clareza e pela simplicidade, esforçavam-se por traduzir na linguagem do homem comum as ideias complexas dos filósofos; para mais, o “La Rochefoucauld brasileiro” nunca abria mão de sua fé cristã, nunca cedera ao “materialismo e ao ceticismo”, tão em voga na sua época e, segundo o articulista, tão contrário ao espírito do brasileiro. Maricá, em suma, conquistara o seu público, que então não era pequeno, graças à simplicidade do seu “pensamento idealista e religioso”.³¹ Em março, o mesmo articulista retorna ao tema³², mas não acrescenta muito à sua análise da obra do marquês, limitando-se a repetir, de modos variados e com laivos de erudição – as poucas linhas de seu artigo trazem menções superficiais às obras de Spinoza, Herder, Pascal e Vico –, que a obra de Maricá dava a conhecer as ideias de um homem temente a Deus e fiel às leis da religião católica.

O *Diário do Rio de Janeiro* também saudou euforicamente as *Novas máximas* do marquês: destacou o gênio do autor, a sua dedicação à meditação moral e, sobretudo, a qualidade e utilidade pública das suas reflexões; dizia o articulista, que assinava *O Cincinato*:

Que de ideias sublimes aí se encontram! Que de verdades puras, enunciadas com singeleza e força de raciocínio! Que de lições utilíssimas de moral! – Este livrinho, juntamente com o primeiro do mesmo autor, depois de reunidos em um só, deverá ser o verdadeiro *livro do povo, o catecismo moral das classes* da sociedade.³³

²⁸ CORREIO das Modas: Jornal Critico e Litterario das Modas, Bailes, Theatros, Etc. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, v. I, n. 3, 19 jan. 1839, p. 24.

²⁹ RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., ano XIV, n. 21, 25 jan. 1839, p. 2.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

³² *Jornal do Comércio*, 11 mar. 1839. Ambos os artigos foram reproduzidos no Correio Oficial alguns dias após serem publicados no *Jornal do Comércio*.

³³ RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, ano XVIII, n. 22, 26 jan. 1839, p. 1.

Cincinato voltou a falar do marquês e de suas máximas dois dias mais tarde, em 28 de janeiro. Desta vez, dedicou-se somente a comentar quatro delas, escolhidas entre as tantas que o La Rochefoucauld brasileiro publicara, voltadas para a exaltação da religião católica e da importância de Deus num mundo empestado pelo ateísmo; diz o articulista:

O homem sem religião é um ente miserável, embrutecido pelo materialismo, escravo de todas as suas paixões, que, resumindo todos os seus gozos ao bem-estar presente e olvidando a imortalidade do espírito que o anima, põe-se a par dos brutos e como eles vive, morre como eles, degradando-se por este modo lastimoso, da nobreza de sua condição.³⁴

O terceiro volume de máximas, publicado em 1841, não suscitou, como os anteriores, grande alarido na imprensa. Isso não significa que o marquês e suas reflexões tenham caído no esquecimento; ao contrário, as suas lições morais eram já sobejamente conhecidas por todas as “classes da sociedade”. Em um dos poucos artigos que receberam o terceiro volume, publicado no jornal *O Brasil*, de 15 de março de 1841, o resenhista, não por acaso, assevera:

Não temos por fim encarecer esta produção do Nobre Marquês, como o não fizemos com as precedentes. Além de que, a obra não precisa dos elogios de jornalista, pois o público já tem feito a devida justiça a quanto neste gênero tem saído da pena do ilustre ancião brasileiro [...].³⁵

A esta altura, início da década de 40 do Oitocentos, as máximas de Maricá abriam artigos de jornais, serviam como arma para críticos do governo e da oposição, eram publicadas em colunas semanais – *A Sentinela* editou, entre 1840 e 1842, a coluna intitulada *Vai a quem toca*, e seu concorrente, *O Brasil*, em 1841, também reservou um espaço exclusivo às reflexões do marquês, nomeado *Veja cada uma que melhor lhe ajusta* –, integravam o rol de leituras dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II³⁶ e figuravam até mesmo em populares folhinhas, como anunciado pelo *Jornal do Comércio* de 15 de janeiro de 1840:

FOLHINHA, contendo as máximas e pensamentos do Marquês de Maricá. Estas folhinhas são tão conhecidas pela escrupulosa exatidão do seu calendário e pela variedade das matérias, que se torna desnecessário recomendá-las a atenção pública. Deve-se notar que estão bem

³⁴ *Ibidem*, p. 2.

³⁵ RECENTES maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *O Brasil*: Vestra res agitur. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P da Costa, v. I, n. 129, 15 mar. 1841, p. 4.

³⁶ O Imperador Pedro II autorizou o Colégio Pedro II a aceitar a doação de 15 exemplares das Máximas do Marquês. PARTE OFFICIAL. *Gazeta Oficial do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, n. 38, 15 out. 1846, p. 1.

impressas e em bom papel e que se acham, além disto, enriquecidas com uma estampa e com todos os signos do zodíaco.³⁷

Uma última série de máximas ainda viria a público em 1848, pouco antes da morte do marquês, nas páginas da revista literária *Iris*. O periódico publicou-as em 17 números, 6 no primeiro semestre e 11 no segundo. O número inicial traz uma breve introdução escrita por Fonseca, em que sobressai o tom de melancolia e de despedida:

Depois de impresso o 6º volume das minhas *Máximas*, continuo a escrever sem a esperança de poder publicar o pouco que da minha pena sair. Sinto-me morrendo; e não só na dissolução física, também na espantosa esterilidade do meu espírito, reconheço, sem horror, a aproximação do meu último dia. [...] Em 13 anos, e em 6 volumes, tenho publicado 4700 artigos, com o título de *Máximas, pensamentos e reflexões*. Afigurou-se-me ser esta uma missão que de Deus recebera, e comecei a desempenhá-la no período da mais plena madureza da minha inteligência. Foi o objeto das minhas vigílias, desde a idade de 60 até os 73 anos completos.³⁸

Maricá morreria poucos meses mais tarde, doente e alquebrado. A consternação da sociedade carioca parece não ter sido pequena. Notas fúnebres nos jornais e revistas publicaram-se às dezenas, todas invariavelmente destacando a sua vida política equilibrada e serena, a sua dedicação à reflexão filosófica e, sobretudo, o seu enorme empenho em difundir uma moral “idealista e católica” entre os habitantes do jovem Império; como bem sintetiza a nota fúnebre da referida revista *Iris*:

No dia 06 do corrente faleceu o senhor Marquês de Maricá. A outros compete aspergir flores sobre o túmulo do amigo sincero e ardente do seu país, do venerador profundo das instituições monárquicas, do colaborador da lei orgânica deste Império, daquele que o seu mérito e a justa munificência dos soberanos elevara ao cumulo das honras humanas, do sábio acessível, daquele que possuía um dos mais vastos depósitos de erudição humana.³⁹

A obra do Marquês voltaria a suscitar algum interesse em 1850 com a publicação da mencionada *Coleção completa das máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá*, pelos Irmãos Laemmert. Em 1860, quando veio a público a segunda edição, o interesse foi

³⁷ FOLINHAS PARA O ANNO DE 1840. Bissexto. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., ano XV, n. 13, 15 jan. 1840, p. 3.

³⁸ MAXIMAS, pensamentos e reflexões. *Iris*: Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. Ferreira de Menezes, t. 1, 1848, p. 29-30.

³⁹ O SR. MARQUEZ DE MARICÁ. *Iris*: Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. Ferreira de Menezes, t. 2, 1848, p. 494.

menor, e quando da terceira, em 1896, as máximas do Marquês já tinham sido ou esquecidas ou incorporadas ao senso comum. De certo modo, não se cumprira a previsão do redator do *Diário do Rio de Janeiro*, que em 1839 dizia:

Certo o nome do senhor Marquês de Maricá não ficará no olvido; porque seu gênio não brilha com luz efêmera, não é o meteoro que passa e desaparece. A luz com que resplandece é a luz de um talento pouco vulgar é o fruto de aturadas vigílias é a luz do mérito próprio.⁴⁰

O guia moral do Brasil independente

Em 1668, no prefácio do seu *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil*,⁴¹ o jesuíta Simão de Vasconcelos, ao explicar as razões pelas quais resolvera escrever um livro descritivo sobre o Novo Mundo, promoveu, no tocante à técnica de composição, uma espécie de tipificação dos escritos coloniais e, paralelamente, buscou estabelecer os propósitos gerais daquele que então escrevia: os sermões, esclarece o jesuíta, davam primazia às coisas espirituais; as crônicas, orações, vidas de santos e os livros de moral mesclavam as duas em proporções variadas; as notícias e histórias, por sua vez, sem descuidar do “espiritual”, davam mais destaque ao “não espiritual”. Em todos, no entanto, havia um conjunto de objetivos comuns: moralizar e catequizar, fixar na memória os feitos portugueses de além-mar, homenagear os grandes do reino e, secundariamente, dar a conhecer o Brasil.

As divagações de Vasconcelos sugerem que todas ou a maioria das obras impressas a circularem na colônia eram, em última análise, livros de formação espiritual e moral. T tamanha supremacia do “propósito moralizante” implicou na produção de poucos manuais de conduta *strictu sensu*, isto é, de poucos livros que ofereciam uma perspectiva sistemática, sintética e prática da conduta virtuosa a ser adotada pelos homens, laicos e religiosos, daqueles tempos. A bem da verdade, em um mundo de iletrados, onde predominavam os sermões e panegíricos, gêneros transmitidos oralmente, foram somente dois os escritos mais próximos de um guia prático de orientação de condutas então produzidos e publicados: *O peregrino da América* (1728), de Nuno Marques Pereira, e *Discursos políticos-morais*, publicado em 1758, por Feliciano Joaquim de Souza Nunes.

Diante de tamanha penúria, ou melhor, de tamanha indistinção – as prescrições morais se encontravam um pouco por todo lado nos escritos coloniais –, não é de se estranhar o bom acolhimento que a obra do marquês recebeu na primeira metade do Oitocentos. Maricá, não seria equivocado dizer, era, até aquela data, o primeiro a dar um caráter sistemático às suas

⁴⁰ RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, ano XVIII, n. 22, 26 jan. 1839, p. 1.

⁴¹ VASCONCELOS, Simão de. *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*. Pello p. Simam de Vasconcellos da Companhia de Jesus. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.

reflexões morais e a transformá-las em prescrições práticas e acessíveis ao homem comum. Daí os epítetos de “sábio brasileiro”, “La Rochefoucauld brasileiro” e “filósofo brasileiro” não serem de todo despropositados, tendo em vista que Fonseca explorava, com as ferramentas de que dispunha, territórios que, no Brasil, não contavam com muitos desbravadores. O marquês, é verdade, teve algumas vantagens em relação aos seus antecessores: em primeiro lugar, escreveu em máximas, que podiam ser lidas isoladamente e facilmente memorizadas; em segundo lugar, dispôs de meios muito mais eficazes para a difusão desses escritos, que circularam, de norte a sul do Império, em livros, livretos, jornais, revistas literárias, revistas médicas e até mesmo em calendários e folhinhas do zodíaco; finalmente, o público letrado que acolheu o guia moral de Maricá era muito mais amplo do que o disponível no período colonial, sobretudo no Rio de Janeiro.

Tais vantagens, que fizeram das *Máximas, pensamentos e reflexões* um sucesso de público e um eficaz instrumento de moralização ao longo de pelo menos duas décadas, foram também decisivas para a sua gradativa perda de prestígio entre os brasileiros depois de 1850. A partir de 1840, as máximas de Maricá passaram a ter um poderoso concorrente: o romance urbano de costumes. Para se ter uma ideia de como o romance urbano disputou o espaço de guia moral, ocupado, quase isoladamente, pelos livros e livretos do marquês, vale a pena recorrer ao que disse Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro sobre o romance *A Vicentina* (1855), publicado por Joaquim Manuel de Macedo, autor do então já muito conhecido *A Moreninha* (1844):

O romance é de origem moderna; veio substituir as novelas e as histórias, que tanto deleitavam a nossos pais. É uma leitura agradável e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metafísicas, que aliás escapariam à sua compreensão. Se o teatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em ação: o romancista tem ainda mais poder do que o dramaturgo; este só falava a alguns centenaes de pessoas, cujas posses e ocupações lhes permitiam de frequentar os espetáculos, e aquele dirige-se à numerosa classe dos que sabem ler. Penetra no palácio e pausa sobre o esplêndido bufete do rico e do nobre, sobre a mesa de trabalho do literato alcatifada de livros, folhetos e jornais, dando a imagem perfeita do caos, ou então penetra no albergue do pobre, do artesão, e vai suavizar-lhe os amargores do trabalho recreando a sua inteligência e infiltrando nela os princípios de moral e de sã filosofia, que devem servir-lhe de norma na escabrosa vereda da vida.⁴²

⁴² BIBLIOGRAPHIA. Vicentina: Romance do Snr. Dr. J. M. de Macedo. *O Guanabara*: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria. Rio de Janeiro: Ed. Typ. Guanabarenses de L. A. F. Menezes, n. 1, 1838, p. 17.

E Fernandes Pinheiro deixava de lado os iletrados, os incapazes de ler, mas aptos a escutar as leituras, públicas e privadas, em voz alta, que então ganhavam o gosto das populações que habitavam as capitais de província. Por tudo isso, o romance tornou-se rapidamente o guia moral predominante da sociedade brasileira oitocentista, da sua elite, sem dúvida, mas também dos seus estratos médios e baixos; e isso por todo o século XIX, como atesta Valentim Magalhães, em seu *Flor de sangue* (1897), onde se lê: “O romance é o grande instrumento de reconstrução social. A princípio foi camartelo: destruiu; no século vindouro será escopro e trolha: construirá. O romance era fábula: hoje é história e crítica; será filosofia amanhã”.⁴³

É inegável, no entanto, que, entre 1837, quando vieram à luz as primeiras máximas, e 1848, quando a revista *Iris* gozou do privilégio de editar as últimas em 17 de seus números, a obra de Fonseca teve popularidade e conheceu lá o seu impacto. As razões do sucesso já o vimos em parte: a ausência de concorrência, o formato de máximas, o raciocínio simples e a ampla divulgação. Mas e quanto ao conteúdo das máximas? Que traços fizeram dele algo tão palatável ao gosto popular? Uma resposta possível consta em quase todas as críticas da época que se debruçaram sobre a obra: o catolicismo inabalável de Fonseca, que se dirigia a uma população igualmente católica.⁴⁴ O Deus católico está por todo lado em sua obra; são pelo menos 343 ocorrências nas edições completas das *Máximas, reflexões e pensamentos*, ocorrências do gênero:

3965. – Sou um ponto na imensidade do espaço. A minha vida é um instante na eternidade do tempo. Só Deus é imenso e eterno, compreendendo, no seu ser misterioso e incompreensível, a imensidade e a eternidade.

3987. – Deus, porque é incompreensível a todos, compreende tudo.

4009. – Deus é a minha esperança; nunca em sua bondade eu esperei em vão.

4042. – Todos os bens da minha vida me vieram de Deus: os homens foram instrumentos de sua paternal bondade para comigo. Mil graças lhe sejam dadas!

4130. – No jogo, movimento e ações dos homens, no teatro deste mundo, ocorrem frequentes dúvidas sobre a Providência Divina, que a razão, por muito limitada, não pode resolver, ciente, todavia, de que tudo foi previsto, coordenado e regulado por Deus para o maior bem geral e particular da espécie humana.

534. – Ser religioso é o atributo mais honroso e sublime do homem sobre a terra: é por este predicado especialmente que ele se distingue de todos os outros viventes: erigindo templos e altares a Deus, também de algum modo se diviniza.⁴⁵

⁴³ MAGALHÃES, Valentim. *Flor de sangue*. Rio de Janeiro; São Paulo; Recife: Laemmert & C. Editores, 1897.

⁴⁴ No tocante ao impacto e às implicações políticas da obra de Maricá, ver: Neves (2011) e Lynch (2021).

⁴⁵ FONSECA, Mariano José Pereira da. *Collecção completa das máximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850, p. 576, 579, 582, 586, 599, 68.

O catolicismo de Fonseca agradava também – e a crítica não deixou de assinalar tal aspecto – pela sua aversão ao sensualismo, ou melhor, pelo seu ecletismo que, sem desprezar o mundo material, advogava que o sentido da vida era dado pelo mundo moral e espiritual, cujo fim último era a busca de Deus; dizia o marquês: “Subimos da vida sensual à intelectual, das ideias particulares às gerais, dos efeitos às suas causas, e do Universo material ao espiritual ou a Deus Onipotente Criador de tudo”.⁴⁶

Em meio à defesa intransigente da espiritualidade, Maricá deu grande destaque, também, à família e à pátria. De um lado, falou da criação dos filhos, referiu-se ao amor das mães, propagandeou as alegrias do convívio familiar, destacou o enorme papel que cabia aos exemplos dados pelos pais – a maior herança que se poderia deixar –, exaltou a família como um lenitivo para a vida dos anciãos e condenou as paixões – são mais de cinquenta máximas dedicadas ao tema –, as grandes inimigas da existência moralmente equilibrada e da estabilidade das instituições, sobretudo da família; ouçamos o marquês:

3736. – De todas as paixões a ambição é a origem dos maiores crimes e males: ela emprega indistintamente todos os meios bons e maus para chegar aos seus fins de riqueza, poder e mando.

3830. – O espírito de partido, o interesse individual mal-entendido, e as paixões exaltadas tornam os homens loucos e irracionais no intervalo em que dominam e prevalecem tais elementos de discórdia, confusão e alienação mental.

449. – Os nossos maiores inimigos existem dentro de nós mesmos: são os nossos erros, vícios e paixões.

473. – Não há escravidão pior que a dos vícios e paixões.

3591. – Por toda a parte se alega razão e não se descobre senão paixão.⁴⁷

De outro lado, e complementarmente, Maricá enalteceu o amor à pátria, destacou o papel do sábio no seu engrandecimento, condenou a cópia de instituições e costumes estrangeiros e, sobretudo, pregou contra a anarquia e o desgoverno, o mais cruel flagelo de uma sociedade:

3078. – Com maus materiais e piores mestres não se levanta um edifício nobre, majestoso, firme e permanente, nem pode prosperar e ser respeitada uma nação predominada e influída por ingratos, traidores, anarquistas e revolucionários.

4178. – Uma auréola de glória cinge a cabeça do Sábio que ilustrou com seus escritos sua pátria, sua nação e o gênero humano, contribuindo para o seu melhoramento civil, moral, político e religioso.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 420.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 530, 546, 57, 60, 506.

1496. – Um órgão desconcertado inutiliza a perícia do organista, uma nação anarquizada a dos melhores governantes.

1111. – A nacionalidade se perde pela imitação e admiração servil das instituições, usos e costumes dos povos estrangeiros.⁴⁸

Mas, certamente, não foram só as máximas sisudas do Marquês em prol da religião, da pátria e da família que lhe trouxeram prestígio entre leitores cultos e não tão cultos, isto é, aqueles que, vez ou outra, viam uma reflexão sua em um folheto ou em um calendário. Ao contrário, mesmo durante a década e meia em que sua obra esteve na ribalta, foram as suas máximas xistosas, bem-humoradas e fáceis de serem memorizadas, as quais podiam ser usadas nas situações mais diversas e inusitadas do cotidiano, que ganharam o gosto popular; e foram essas mesmas máximas que, depois de a obra do marquês ter caído num quase esquecimento e perdido muito de sua força moralizadora, se eternizaram e se incorporaram ao senso comum do brasileiro, muitas delas aí permanecendo, com ajustes aqui e ali operados pela memória, até os dias de hoje; eis um punhado delas:

661. – Quem em Deus confia e espera, nunca desespera.

295. – A ignorância vencível no homem é limitada, a invencível infinita.

338. – Quem não desconfia de si, não merece a confiança dos outros.

110. – A atividade sem juízo é mais ruínosa que a preguiça.

220. – A pobreza não tem bagagem, por isso marcha livre e escoteira na viagem da vida humana.

162. – Os moços, por falta de experiência, de nada suspeitam, os velhos, por muito experimentados, de tudo desconfiam.

450. – Querendo parecer originais, tornamo-nos ridículos ou extravagantes.

448. – Se as viagens simplesmente instruísem os homens, os marinheiros seriam os mais instruídos.

290. – A preguiça enfada e quebranta mais que o trabalho regular.

2856. – Mãe diligente, filha negligente: terra abundosa, nação preguiçosa.

535. – Os patriotas dizem em voz alta que é doce morrer pela pátria, mas em segredo reconhecem que é mais doce viver para ela e à custa dela.⁴⁹

As Máximas, pensamentos e reflexões de Maricá, não seria exagerado afirmar, tornaram-se, ao menos entre as décadas de 30 e 40 do Oitocentos, o guia moral do Império, o compêndio que trazia, de maneira organizada e acessível, valores indispensáveis à construção de uma sociedade – agora livre do jugo português, como então se dizia – que se queria civiliza-

⁴⁸ *Ibidem*, p. 430, 607, 194, 142.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 84, 38, 43, 15, 29, 21, 57, 37, 390, 68.

da, mas sem perder, em nome do “materialismo” então reinante entre as nações avançadas do Ocidente – as quais não deveríamos simplesmente copiar –, os valores da boa tradição brasileira: o amor à pátria, o respeito à ordem, o culto à família e, sobretudo, o temor a Deus.

Fontes documentais

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro II. Que contém os cursos juridicos das faculdades de canones e de leis. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro III. Que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.

ESTATUTOS do Real Collegio de Mafra. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1781.

FONSECA, Mariano José Pereira da. *Collecção completa das máximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850.

HOMEM DE MELLO, Barão. *Esboços biographicos*. Bibliotheca brasileira II. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, parte 1, p. 3-137, 1862.

LAEMMERT, Eduardo; LAEMMERT, Henrique. Ao Público. In: FONSECA, Mariano José Pereira da. *Collecção completa das máximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850.

MAGALHÃES, Valentim. *Flor de sangue*. Rio de Janeiro; São Paulo; Recife: Laemmert & C. Editores, 1897.

Fontes periódicas

ARTIGOS NÃO OFFICIAES. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, n. 11, p. 43-44, jan. 1837.

BIBLIOGRAPHIA. Vicentina: Romance do Snr. Dr. J. M. de Macedo. *O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria*. Rio de Janeiro: Ed. Typ. Guanabarensense de L. A. F. Menezes, p. 17-20, n. 1, 1838.

CORREIO das Modas: Jornal Critico e Litterario das Modas, Bailes, Theatros, Etc. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, v. I, n. 3, p. 24, 19 jan. 1839.

CORRESPONDENCIA official do vice-rei Conde de Rezende com a Côrte de Lisbôa acerca da devassa que mandou proceder contra o bacharel Marianno José Pereira da Fonseca (Marquez de Maricá), Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, e outros. *Revista trimensal do*

Instituto Historico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, t. XXXII, parte I, p. 291-294, 1869.

DEVASSA ordenada pelo Vice-rei Conde de Rezende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. LXI, ano 1939, p. 240-509, 1941.

DISCURSO do orador o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. XV, p. 520-551, 1888.

FOLINHAS PARA O ANNO DE 1840. Bissexto. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., ano XV, n. 13, p. 3, 15 jan. 1840.

LITERATURA. Maximas, pensamentos e reflexões do Sr. marquez de Maricá. *O Parlamentar*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 28, 15 jul. 1837.

MAXIMAS, pensamentos e reflexões pelo Marquez de Maricá. *Jornal dos Debates: Políticos e Literários*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve e Comp., n. 15, p. 58-59, jun. 1837.

MAXIMAS, pensamentos e reflexões. *Iris: Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades*. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. Ferreira de Menezes, t. 1, p. 29-30, 1848.

O SR. MARQUEZ DE MARICÁ. *Iris: Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades*. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. Ferreira de Menezes, t. 2, p. 494-495, 1848.

PARTE OFFICIAL. *Gazeta Official do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, n. 38, p. 1, 15 out. 1846.

RECENTES maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *O Brasil: Vestra res agitur*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P da Costa, v. I, n. 129, p. 4, 15 mar. 1841.

RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., ano XIV, n. 21, p. 2, 25 jan. 1839.

RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, ano XVIII, n. 22, p. 1, 26 jan. 1839.

RIO DE JANEIRO. Novas maximas, pensamentos e reflexões do Marquez de Maricá. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, ano XVIII, n. 23, p. 1-2, 28 jan. 1839.

SEQUESTRO feito em 1794 nos bens que forão achados do bacharel Mariano Pereira da Fonseca. Extrahido do respectivo processo. *Revista trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. LXIII, parte I, p. 14-18, 1901.

VASCONCELOS, Simão de. *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*. Pello p. Simam de Vasconcellos da Companhia de Jesus. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.

Referências

ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de. *A sombra do convento*. Lisboa: G. J. F. de Assunção, 1958.

LYNCH, Christian Edward Cyril. As máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá. *Insight Inteligência (Rio de Janeiro)*, v. 93, p. 50-58, 2021.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos: o Visconde de Cairu e o Duque de La Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, Guilherme Pereira das. As máximas do marquês: moral e política na trajetória de Mariano José da Fonseca. In: NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011.

VERÍSSIMO, JOSÉ. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. Introdução de Heron de Alencar. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.